

CONTATOS – de 07 a 11 de agosto de 2017

Agenda Legislativa elaborada pela Contatos Assessoria Parlamentar com os principais temas de interesse da CNTEEC no Congresso Nacional

Agenda da Câmara dos Deputados

Plenário Ulysses Guimarães

Terça-feira (08), Ordem do Dia às 16:00 horas

❖ Requerimentos de Urgência

Requerimento nº 3.986/2016 - dos Srs. Líderes - que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 1.202, de 2007, do deputado Carlos Zarattini, que **disciplina a atividade de "lobby" e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**, e dá outras providências.

Requerimento nº 5.906/2017 - dos Srs. Líderes - que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 6.889, de 2017, do deputado Giacobbo, que acrescenta os artigos 5-A, 5-B e incisos I e II à Lei nº 9.696, de 1 de setembro de 1998. **(Trata de competência do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Educação Física).**

Requerimento nº 6.768/2017 - dos Srs. Líderes - que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 843, de 2007, do deputado Daniel Almeida, que altera o art.453 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, **a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer do colo de útero, de câncer da mama ou de câncer da próstata.**

❖ Projetos

Fundos de ativos no exterior para cumprir gastos com educação

MP 773/2017 – do Poder Executivo - que estabelece prazo para a correção dos valores referentes ao percentual de aplicação mínimo obrigatório de que trata o caput do art. 69 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para os recursos recebidos em decorrência da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

- Discussão e votação em turno único.

Assédio Moral no Trabalho

[PL 4742/2001](#) – deputado Marcos de Jesus - que introduz art. 146-A no Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, dispondo sobre o crime de assédio moral no trabalho.

- Discussão e votação em turno único.

Desmembramento do Campus da UFMG

[PL 5273/2016](#) – do Poder Executivo - que cria a Universidade Federal do Rondonópolis, por desmembramento de campus da Universidade Federal de Mato Grosso.

- Discussão e votação em turno único. Matéria em regime de Urgência.

Comissões Permanentes

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

Quarta-feira (09), às 10 horas, plenário 06.

Debater o cenário atual das políticas públicas de Educação do Campo e suas perspectivas

[REQ 454/2017](#) - do deputado Zé Carlos (PT-MA) - Requer a realização de audiência pública conjunta das comissões especificadas a seguir, para debater o cenário atual das políticas públicas de Educação do Campo e suas perspectivas.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

Terça-feira (08), às 14:30 horas, plenário 01.

Reconhece a atividade circense como manifestação cultural

[PL 5095/2013](#) - deputado Tiririca (PR-SP) - que "altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet - para reconhecer a atividade circense como manifestação cultural".

- [Redação Final](#), assinada pelo deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA).

Acesso diferenciado à professores para cursos de formação

[PL 6514/2009](#) (PLS 322/2008) – senador Cristovam Buarque (PDT-DF) - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional),

para estabelecer direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado".

- [Redação Final](#), assinada pelo deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA).

Preferência aos professores na restituição do Imposto de Renda

[PL 1465/2011](#) (PLS 6/2009) - do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) - que "acrescenta parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que, após os idosos, os professores tenham prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda da pessoa física". (Apensado: PL 3000/2011)

- Parecer do relator: deputado Patrus Ananias (PT-MG), [pela constitucionalidade](#), juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e pela injuridicidade do PL 3000/2011, apensado.

Criação da profissão de educador social

[PL 5346/2009](#) – deputado Chico Lopes (PCdoB-CE) - que "dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências".

- Parecer do relator: deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), [pela constitucionalidade](#), juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Liberação de diplomas

[PL 2995/2011](#) - deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) - que "dispõe sobre a liberação de diplomas, certificados e certidões de cursos formais, em todos os níveis, para todos os efeitos de direito". (Apensados: PL 3567/2012 e PL 6229/2013)

- Parecer do relator: deputado Covatti Filho (PP-RS), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 3567/2012 e do PL 6229/2013, apensados, e da Emenda nº 1/2012 apresentada na Comissão de Educação, [com substitutivo](#).

Proibição de propaganda de marca nas escolas

[PL 2640/2015](#) – deputado Luciano Ducci (PSB-PR) - que "acrescenta parágrafo único ao art. 22 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para vedar o apelo ao consumo nos estabelecimentos públicos e privados da educação básica".

- Parecer da relatora: deputada Maria do Rosário (PT-RS), [pela constitucionalidade](#), juridicidade e técnica legislativa.

Altera o CTB para dispor sobre o Transporte Escolar

[PL 5446/2016](#) - deputado Daniel Coelho (PSDB-PE) - que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre transporte escolar e transporte remunerado não licenciado".

- Parecer do relator: deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG), [pela aprovação](#).

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)
Quarta-feira (09), às 10 horas, plenário 13.

Discutir a relevância da física e da matemática brasileira e perspectivas e desafios para o futuro dessas áreas no Brasil

[REQ 231/2017](#) – do deputado Celso Pansera (PMDB-RJ) - Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja realizada audiência pública para discutir a relevância da física e da matemática brasileira e perspectivas e desafios para o futuro dessas áreas no Brasil.

Comissão de Cultura (CCULT)
Quarta-Feira (02), às 14:30 horas, Plenário 10.

Debater a importância das Instituições Arquivísticas na preservação e difusão de registros históricos e culturais da sociedade Brasileira

[REQ 108/2017](#) - do deputado Thiago Peixoto (PSD-GO) - Requer a aprovação para Lançamento da Campanha "Pró-Memória" e a realização de audiência pública para debater a importância das Instituições Arquivísticas na preservação e difusão de registros históricos e culturais da sociedade Brasileira, bem como debater políticas de incentivos e captação de recursos para a preservação do patrimônio de memória nacional".

Discutir a criação da Agência Nacional do Livro como entidade autárquica federal vinculada ao Ministério da Cultura

[REQ 114/2017](#) - do deputado Jean Wyllys (PSol-RJ) - Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão da Educação, para discutir a criação da Agência Nacional do Livro como entidade autárquica federal vinculada ao Ministério da Cultura.

Debater o papel estratégico da Fundação Nacional de Artes - Funarte para o fomento das artes e a criação de instrumento de apoio à sua ação por meio de fundo próprio

[REQ 115/2017](#) – do deputado Cabuçu Borges (PMDB-AP) - Requer a realização de audiência pública da Comissão de Cultura (CCULT) para debater o papel estratégico da Fundação Nacional de Artes - Funarte para o fomento das artes e a criação de instrumento de apoio à sua ação por meio de fundo próprio.

Institui o Dia Nacional da Mulher Empresária

[PL 5680/2016](#) - da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) - Institui o Dia Nacional da Mulher Empresária.

- Parecer da relatora: deputada Marinha Raupp (PMDB-RO), [pela aprovação](#). A matéria já teve parecer favorável aprovado na CMULHER e ainda será analisada na CCJC, sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões.

Comissão de Cultura (CCULT)
Quinta-Feira (10), às 09:00 horas, Plenário 12.

Seminário / **Tema:** *Economia Criativa e Colaborativa: Potencialidades e Desafios para o Estado e para a Sociedade, com a participação das Comissões de Desenvolvimento Urbano, de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e de Finanças e Tributação.*

Convidados:

1. **Mansur Bassit**, Secretário da Economia da Cultura do Ministério da Cultura (MinC);
2. **Fabiano Piúba**, representante do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura;
3. **Luciane Gorgulho**, representante do BNDES;
4. **Representante da Coordenação Nacional de Economia Criativa do Sebrae;**
5. **Frederico Barbosa Augusto da Silva**, Rep. do Inst. de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea);
6. **Luana Vilutis**, Representante do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura-CULT/UFBA; e
7. **Representante da Escola Perestroika.**

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS)
Quarta-Feira (09), às 09:30 horas, Plenário 05.

Antecipação de comemoração de feriados

PL 3024/2015 – Deputado Marcelo Belinati (PP-PR) – que “Dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados com o objetivo de trazer benefícios para a economia nacional e dá outras providências”.

- Parecer do relator: deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), [pela rejeição](#). A matéria ainda será analisada pela CCJC, sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões

Permite a contratação de aprendiz com deficiência conte para reserva de vagas de emprego às pessoas com deficiência

PL 5260/2016 – Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT) – que “altera o § 3º do artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a contratação de aprendiz com deficiência seja considerada na verificação do cumprimento da reserva de vagas de emprego às pessoas com deficiência”.

- Parecer do relator, deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE), pela aprovação, deste e do PL 6707/2016 apensado, [com substitutivo](#). A matéria ainda será analisada pela CPD, CSSF e CCJC, sujeita a apreciação conclusiva pelas comissões.

Subcomissão Perm. BNCC e Reform. Ensino Médio (CE)
Terça-feira (08), às 14:00 horas, Sala 170-C Anexo II

Reunião Técnica: *Discutir prioridades e propostas de trabalho que poderão ser realizadas pela Subcomissão em parceria com o MEC.*

Convidada:

- **TERESA COZETTI PONTUAL** - Diretora de Currículos e Educação Integral - SEB/MEC

Comissão de Educação (CE)
Quarta-feira (09), às 10:00 horas, plenário 10.

Escolha dos três ganhadores do Prêmio Darcy Ribeiro - 2017, dentre os 10 finalistas:

1. **Antônio Veronezi** (Dep. Onyx Lorenzoni - DEM/RS, Dep. Lelo Coimbra - PMDB/ES, Dep. Saraiva Felipe - PMDB/MG, Dep. Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP e Átila Lira - PSB/PI)
2. **Centro de Convivência, Aprendizagem, Reabilitação e Trabalho - CCART** (Dep. Ana Perugini - PT/SP)
3. **Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC** (Dep. Prof.^a Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO)
4. **Escola Família Agrícola Dom Fragoso - EFA** (Dep. Odorico Monteiro - PSB/CE)
5. **Instituto de Matemática, Ciências e Filosofia do Acre** (Dep. Leo de Brito - PT/AC)
6. **José Humberto Henriques** (Dep. Caio Narcio - PSDB/MG)
7. **Mário Sérgio Cortella** (Dep. Sâguas Moraes - PT/MT e Dep. Pedro Uczai - PT/SC)
8. **Prof.^a Marlene de Fáveri** (Dep. Pedro Uczai - PT/SC)
9. **Movimento Mapa Educação** (Dep. Alessandro Molon - REDE/RJ e Dep. Thiago Peixoto - PSD/GO)
10. **União de Núcleos de Educação Popular para Negros e Classe Trabalhadora - UNEAFRO BRASIL** (Dep. Glauber Braga - PSOL/RJ)

Debater sobre políticas públicas voltadas para a Juventude no Brasil

[REQ 347/2017](#)- deputado Rafael Motta (PSB-RN) - que "requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação para debater sobre políticas públicas voltadas para a Juventude no Brasil".

Debater a atual situação do Programa Dinheiro Direto na Escola

[REQ 348/2017](#) – deputado Danilo Cabral (PSB-PE) - que "requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação para debater a atual situação do Programa Dinheiro Direto na Escola".

Audiência pública para debater sobre os onze anos da Lei Maria da Penha

[REQ 349/2017](#)- deputada Pollyana Gama (PPS-SP) - que "requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Educação com a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher para debater sobre os onze anos da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)".

Estabelece condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em todas as etapas e modalidades da educação básica

[PL 2040/2011](#) (PLS 14/2007) - senador Cristovam Buarque (PDT-DF) - que "acrescenta art. 26-B à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em todas as etapas e modalidades da educação básica".

- Parecer do relator: deputado Diego Garcia (PHS-PR), pela aprovação deste, do Substitutivo da CSSF, dos apensados, [com substitutivo](#). A matéria ainda será analisada na CCJC e no Plenário.

Cria a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal

[PL 5342/2009](#) (PLS 165/2008) - senador Adelmir Santana (DEM-DF) - que "autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal".

- Parecer da relatora: deputada Ana Perugini (PT-SP), [pela aprovação](#). A matéria ainda será analisada na CFT, CCJC em caráter conclusivo.

Cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Universidade Federal do Tocantins

[PL 5274/2016](#) - Poder Executivo - que "cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Universidade Federal do Tocantins".

- Parecer da relatora: deputada Josi Nunes (PMDB-TO), pela aprovação do PL 5274/2016 e pela aprovação parcial da EMC 1/2017-CE, [com emenda](#). A matéria ainda será analisada na CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Contagem do tempo de exercício dos profissionais que exercem atividades em unidades de educação infantil como de efetivo exercício do magistério

[PL 5446/2009](#) - deputado Carlos Zarattini (PT-SP) - que "dispõe sobre a contagem do tempo de exercício dos profissionais que exercem atividades em unidades de educação infantil como de efetivo exercício do magistério". Explicação: Considera unidades de educação infantil os centros e escolas de educação infantil, as pré-escolas, as creches públicas, que atendam crianças de zero a cinco anos e onze meses.

- Parecer do relator: deputado Diego Garcia (PHS-PR), [pela rejeição](#). A matéria ainda será analisada na CSSF, CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Cria a Universidade Federal do Litoral Norte - SP

[PL 884/2011](#) - deputado Luiz Fernando Machado (PSDB-SP) - que "autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Litoral Norte - SP (UFLN)". (Apensado: PL 1261/2011)

- Parecer do relator: deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), pela aprovação deste e do PL 1261/2011, apensado, [com substitutivo](#) e com o envio de Indicação ao Poder Executivo. A matéria ainda será analisada na CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Trata do processo de escolha dos dirigentes universitários

[PL 2699/2011](#) - deputada Sandra Rosado (PSB-RN) - que "altera o parágrafo único do art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; e os incisos II e III do art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências; para tratar do processo de escolha dos dirigentes universitários". (Apensado: PL 4104/2012)

- Parecer do relator: deputado Bacelar (PODE-BA), pela aprovação deste e do PL 4104/2012, apensado, [com substitutivo](#). A matéria ainda será analisada na CCJC em caráter conclusivo.

Piso salarial do professor de educação básica nas escolas particulares

[PL 5223/2013](#) - deputado Lincoln Portela (PR-MG) - que "dispõe sobre o piso salarial do professor de educação básica nas escolas particulares, com formação em nível médio na modalidade normal". Explicação: Fixa o piso salarial em R\$ 1.567,00 (hum mil, quinhentos e sessenta e sete reais).

- Parecer do relator: deputado Bacelar (PODE-BA), pela aprovação, [com substitutivo](#). A matéria ainda será analisada na CCJC em caráter conclusivo.

Aumenta o repasse da União ao Fundeb

[PL 7029/2013](#) - deputado Alessandro Molon (PT-RJ) - que "altera redação do art. 6º e art. 10 da Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, e seus respectivos parágrafos, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, e dá outras providências".

- Parecer do relator: deputado Aliel Machado (REDE-PR), pela aprovação, [com substitutivo](#). A matéria ainda será analisada na CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Regulamentação da profissão de Guarda-parque

[PL 7276/2014](#) - deputado Marco Maia (PT-RS) - que "dispõe sobre regulamentação da profissão de Guarda-parque, e dá outras providências".

- Parecer da relatora: deputada Ana Perugini (PT-SP), pela aprovação deste, com emendas, das Emendas 1 e 3 da CSSF, e da Emenda 2 da CSSF, [com subemenda](#). A matéria ainda será analisada na CTASP, CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Criação de um campus do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

[PL 7474/2014](#) - deputada Alice Portugal (PCdoB) - que "dispõe sobre a criação de um campus do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBa) em Poções, Bahia".

- Parecer da relatora: deputada Raquel Muniz (PSD-MG), [pela aprovação](#). A matéria ainda será analisada na CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Instalar campus da Universidade Federal da Bahia no Município de Serrinha

[PL 7475/2014](#) - deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) - que "autoriza o Poder Executivo a instalar campus da Universidade Federal da Bahia no Município de Serrinha, no Estado da Bahia".

- Parecer do relator: deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), [pela aprovação](#), com envio de Indicação ao Poder Executivo. A matéria ainda será analisada na CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Proíbe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior

[PL 104/2015](#) - deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) - que "proíbe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula dos estabelecimentos de educação básica e superior". (Apensados: PL 1871/2015 e PL 7423/2017)

- Parecer do relator: deputado Aliel Machado (REDE-PR), [pela rejeição](#) deste, do PL 1871/2015 e do PL 7423/2017, apensados. A matéria ainda será analisada na CCJC em caráter conclusivo.

Institui campus da Universidade Federal do Sul da Bahia no Município de Gandu, Estado da Bahia

[PL 327/2015](#) - deputado Valmir Assunção (PT-BA) - que "autoriza o Poder Executivo a instituir campus da Universidade Federal do Sul da Bahia no Município de Gandu, Estado da Bahia".

- Parecer da relatora: deputada Raquel Muniz (PSD-MG), [pela aprovação](#). A matéria ainda será analisada na CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Dia Nacional do Desporto Escolar

[PL 947/2015](#) - deputado Fábio Mitidieri (PSD-SE) - que "institui o Dia 25 de maio como o Dia Nacional do Desporto Escolar".

- Parecer do relator: deputado Damião Feliciano (PDT-PB), [pela aprovação](#). A matéria ainda será analisada na CCJC em caráter conclusivo.

Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

[PL 1874/2015](#) - deputado Victor Mendes (PV-MA) - que "altera a redação do parágrafo único do art. 3º e os artigos 5º e 7º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista". (Apensado: PL 5749/2016)

- Parecer do relator: deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), [pela aprovação](#) deste, com emenda, e pela rejeição do PL 5749/2016, apensado. A matéria ainda será analisada na CSSF, CPD e CCJC em caráter conclusivo.

Cria ranking de desempenho esportivo entre universidades

[PL 2483/2015](#) - deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB) - que "institui o Ranking Nacional Esportivo das Instituições de Ensino Superior Brasileiras e altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a pontuação no Ranking na avaliação das instituições de ensino superior".

- Parecer da relatora: deputada Josi Nunes (PMDB-TO), pela aprovação, [com substitutivo](#). A matéria ainda será analisada na CCJC em caráter conclusivo.

Determinar que as aulas de educação básica, nos ensinos fundamental e médio, deverão ter seu início no mínimo às 9:00h (nove horas)

[PL 3953/2015](#) - deputado Marcelo Belinati (PP-PR) - que "acrescenta o inciso VIII no art. 24 do Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei das diretrizes e bases da educação nacional), para determinar que as aulas de educação básica, nos ensinos fundamental e médio, deverão ter seu início no mínimo às 9:00h (nove horas)".

- Parecer do relator: deputado Waldenor Pereira (PT-BA), [pela rejeição](#). A matéria ainda será analisada na CCJC em caráter conclusivo.

Reajuste anual das bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa

[PL 4559/2016](#) - deputado Lobbe Neto (PSDB-SP) - que "dispõe sobre o reajuste anual das bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa"

- Parecer do relator: deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), [pela aprovação](#) deste e das Emendas 1 e 2 adotadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CTCI. A matéria ainda será analisada na CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Dispõe sobre a expansão das vagas públicas na educação profissional técnica articulada com o ensino médio

[PL 5380/2016](#) - deputado Wilson Filho (PTB-PB) - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a expansão das vagas públicas na educação profissional técnica articulada com o ensino médio".

- Parecer do relator: deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), pela aprovação, [com substitutivo](#). A matéria ainda será analisada na CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Cursos de ensino preparatório para ingresso na educação superior

[PL 6135/2016](#) - deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) - que "acrescenta a Seção IV-B, com o art. 36-E, ao Capítulo II do Título V da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre cursos de ensino preparatório para ingresso na educação superior".

- Parecer do relator: deputado Damião Feliciano (PDT-PB), pela aprovação, [com substitutivo](#). A matéria ainda será analisada na CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Torna clara a possibilidade de adoção da "Pedagogia da Alternância" nas escolas do campo

[PL 6498/2016](#) - deputado Helder Salomão (PT-ES) - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para tornar clara a possibilidade de adoção da "Pedagogia da Alternância" nas escolas do campo".

- Parecer do relator: deputado Alex Canziani (PTB-PR), [pela aprovação](#). A matéria ainda será analisada na CCJC em caráter conclusivo.

Institui incentivo fiscal para doações a projetos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura de instituições públicas de ensino

[PL 6622/2016](#) - deputado Eros Biondini (PROS-MG) - que "institui incentivo fiscal para doações a projetos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura de instituições públicas de ensino".

- Parecer do relator: deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF), [pela aprovação](#). A matéria ainda será analisada na CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Subcomissão Perm. BNCC e Reform. Ensino Médio (CE)

Quarta-feira (09), às 16:00 horas, Sala da Presidência da CE (Anexo II, sala 170-C)

Reunião Técnica: *Debater a MINUTA DO PLANO DE TRABALHO DA SUBCOMISSÃO, elaborada a partir das propostas e sugestões apresentadas na primeira reunião da Subcomissão.*

Comissão de Finanças e Tributação (CFT)

Quarta-feira (09), às 10:00 horas, plenário 04.

Aviso Prévio não incide em contribuição previdenciária

PL 5574/2009 - deputado Afonso Hamm (PP-RS) - que "acrescenta alínea y ao § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para deixar expresso que não incide contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado".

- Parecer do relator: deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), [pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária](#).

Programa Nacional de Apoio à Saúde do Atleta

PL 3783/2012 - do deputado Paulo Magalhães (PSD0BA) - que "dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Apoio à Saúde do Atleta - PNASA".

- Parecer do relator: deputado Helder Salomão (PT-ES), [pela incompatibilidade e inadequação financeira](#) e orçamentária do Projeto e da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família.

Parcelamento de débitos para micro e pequenas empresas

PL 2298/2015 - deputado Laercio Oliveira (SD-SE) - que "altera o artigo 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para aumentar o prazo de parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte".

- Parecer do relator: deputado Helder Salomão (PT-ES), pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, [pela aprovação](#).

Recolher retroativamente contribuições interrompidas por lapso temporal

[PL 2146/2011](#) - deputado Eudes Xavier (PT-CE) - que "acrescenta ao art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 o § 13, e acrescenta o art. 125-B à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de estabelecer a possibilidade de serem recolhidas retroativamente contribuições interrompidas por lapso temporal".

- Parecer do relator: deputado Julio Lopes (PP-RJ), [pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária](#) do Projeto e do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Campus Universitário em Juara da UFMG

[PL 6514/2013](#) - do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) - que "autoriza o Poder Executivo a instituir o Campus Universitário em Juara da Universidade Federal de Mato Grosso".

- Parecer do relator: deputado João Gualberto (PSDB-BA), [pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária](#)

Destina 30% de produtos apreendidos para instituições públicas de ensino básico

[PL 6580/2016](#) – deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) - que "altera o § 5º do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para destinar 30% (trinta por cento) do produto arrecadado com alienação mediante licitação de mercadorias apreendidas a instituições públicas de ensino básico". (Apensado: PL 6589/2016)

- Parecer da relatora: deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei 6580/2016 e do PL 6589/2016, apensado; e, [no mérito, pela aprovação](#) do PL 6580/2016 e pela rejeição do PL 6589/2016, apensado.

Aproveitamento de incentivos da Lei Rouanet ao lucro presumido das empresas

[PL 1737/2015](#) - deputada Renata Abreu (PTN-SP) - que "autoriza o aproveitamento dos incentivos fiscais da Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet), pelas empresas optantes pelo lucro presumido na apuração do imposto de renda".

- Parecer do relator: deputado Aluisio Mendes (PODE-SP), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei 1737/2015; e, no [mérito, pela aprovação, com substitutivo.](#)

Assistentes na educação infantil

[PL 1286/2011](#) - da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) - que "acrescenta § 2º ao art. 25 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a obrigatoriedade da existência de educadores assistentes na educação infantil e nos dois primeiros anos do ensino fundamental".

- Parecer do relator: deputado José Guimarães (PT-CE), [pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.](#)

Comissão de Legislação Participativa (CLP)

Quarta-Feira (09), às 09:00 horas, Auditório Nereu Ramos

Seminário conjunto da CDU, CMULHER, CDHM, CSSF, CTASP e CLP.

Seminário / Tema: “16 anos da Lei de Aprendizagem”

08h30m – Credenciamento

09h – Abertura:

- 1. Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)**

09h30m – Apresentação cultura: Orquestra Casa Azul

10h – Painel 1: Legislação e Participação Popular: 1º Exposição: Experiência Exitosas: Relatos das mobilizações, audiências, oitivas e conquistas

Coordenadora: Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)

- 1. Deputado Estadual José de Arimatéia (PRB/BA)** - Presidente da Frente de Apoio ao Protagonismo Infanto-juvenil da Bahia.
- 2. Mafra Meris (ISEEI) / Rudimar Braz (ASEDI)**
- 3. Josbertini Virgínio Clementino** - Presidente do FONSEAS Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social;
- 4. Antônio Idilvan de Lima Alencar** - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação CONSED;
- 5. Presidente do Fórum Nacional de Aprendizagem-** Higino Brito Vieira (MTB), Diretor do Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude (DPTEJ);

2º Exposição: História de vida de jovens e vivências de Formação Profissional;

- 1. Selton Lucas;**

2. **Kaio César** – Parlamento Jovem do Recife.

12h – Intervalo para almoço

13h – Mesa 1 - 1º Exposição: **Legislação da Aprendizagem: Percalços e Avanços**

Coordenador: Deputado Zé Augusto Nalin (PMDB-RJ)

1. **Luislinda Valois** - Ministra dos Direitos Humanos
2. **Ministra Kátia Arruda** - Tribunal Superior do Trabalho (TST)
3. **Mariane Josviak** - Procuradora Federal (MPT/PR)
4. **Rosângela Borota Teixeira** - Assessora Jurídica da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes FEBRAEDA.
5. **Mafrá Meris** - Presidente do ISEEI, Conciliadora Federal, TRF5 (2ªVARA)

15h15 – Entrega do Título: Empresa Amiga do Jovem Aprendiz

15h30 às 16h30 - Mesa 2: Paineis 1 – **Políticas Públicas para Juventude: Educação e Trabalho:**

Coordenador: Deputado Lincoln Portela (PRB-MG)

1. **Francisco de Assis Costa Filho** - Secretário Nacional de Juventude
2. **Teresinha Chaves** - Presidente da Associação Cearense dos Mantenedores do Ensino Técnico -ACEMET;
3. **Geraldo Oliveira** - Diretor SETEC/MEC;
4. **Cel. Ricardo Almeida Pinto** - Coordenador Nacional do Soldado Cidadão Exército Brasileiro - Ministério da Defesa

16h30 às 17h30 – Paineis 2 - **O Instituto da Aprendizagem: A prática como Instrumento de Inclusão Social:**

Coordenador: Deputado Chico Lopes (PCdoB-CE)

1. **Gustavo Leal** - Diretor de Operações do SENAI;
2. **Ricardo Romeiro** - Gerente de Assuntos Institucionais e Corporativos do Centro de Integração Empresa Escola - CIEE;
3. **Rafael Conde** - Supervisor Nacional de Aprendizagem -ISBET;
4. **Marcela Toledo** - Gerente Regional - ESPRO;
5. **José Martins** - Presidente da Associação Brasileira dos Mantenedores do Ensino Técnico ABMET;

17h30 às 18h – **Cerimônia de Titulação do Embaixador e Embaixadora do Jovem Aprendiz**

Coordenadora: Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)

1. **Sandro Augusto** - Vice-presidente do Conselho Superior da Associação Nacional das Empresas Amigas do Jovem Aprendiz- ANDEAJA e Mafra Meris- ISEEI
2. - **Luís Otávio Palhari** - Presidente da Federação dos Clubes UNESCO no Brasil
3. - Indicados ao título de Embaixador e Embaixadora do Jovem Aprendiz

18h – Encerramento

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Quarta-feira (09), às 10:00 horas, plenário 12.

Qualifica como ato de improbidade administrativa o atraso no repasse dos recursos financeiros necessários ao custeio das ações do Fies e do Pronatec

[PL 1819/2015](#) - deputado Luciano Ducci (PSB-PR) - que "acrescenta dispositivo à Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que "Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências" e à Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que "Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)" e dá outras providências, para qualificar como ato de improbidade administrativa o atraso no repasse dos recursos financeiros necessários ao custeio das ações do Fies e do Pronatec em andamento".

- Parecer do relator: deputado Lucas Vergílio (SD-GO), [pela aprovação](#). A matéria ainda será analisada na CCJC e no Plenário.

Dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos empregados de condomínios e estabelece a dedução das despesas da base de cálculo do imposto de renda

[PL 5658/2013](#) - deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) - que "dispõe sobre a concessão de auxílio-alimentação aos empregados de condomínios e estabelece a dedução das despesas da base de cálculo do imposto de renda". Explicação: Altera a lei nº 9.250, de 1995.

- Parecer do relator: deputado Felipe Bornier (PROS-RJ), [pela aprovação](#). A matéria ainda será analisada na CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Dispõe sobre hipóteses de dispensa da assistência às rescisões de contratos de trabalho

[PL 1161/2015](#) - deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) - que "altera o artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre hipóteses de dispensa da assistência às rescisões de contratos de trabalho".

- Parecer do relator: deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE), [pela aprovação](#), com emenda. A matéria ainda será analisada na CCJC em caráter conclusivo.

Cadastro nacional do registro comercial

[PL 1566/2015](#) - deputado Irajá Abreu (PSD-TO) - que "dispõe sobre o cadastro nacional do registro comercial, e dá outras providências".

- Parecer do relator: deputado Benjamin Maranhão (SD-PB), [pela aprovação](#). A matéria ainda será analisada na CDEICS e CCJC em caráter conclusivo.

Torna obrigatória a instauração de sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito das empresas públicas, como fato gerador para rescisão do contrato de trabalho

[PL 4149/2015](#) - deputado Augusto Carvalho (SD-DF) - que "torna obrigatória a instauração de sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito das empresas públicas, como fato gerador para rescisão do contrato de trabalho, ao empregado público que já tenha cumprido estágio probatório e dá outras providências".

- Parecer do relator: deputado Walney Rocha (PEN-RJ), pela aprovação, [com emendas](#). A matéria ainda será analisada na CCJC em caráter conclusivo.

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Cultura

[PL 4271/2016](#) - deputado João Derly (REDE-RS) - que "regulamenta o § 3º do art. 216-A da Constituição Federal, para dispor sobre o Sistema Nacional de Cultura".

- Parecer do relator: deputado Benjamin Maranhão (SD-PB), [pela aprovação](#). A matéria ainda será analisada na CCULT e CCJC em caráter conclusivo.

Dispõe sobre o trabalho de caráter solidário ou comunitário prestado por profissionais vinculados a conselhos de fiscalização profissional

[PL 4819/2016](#) - deputado Edinho Bez (PMDB-SC) - que "dispõe sobre o trabalho de caráter solidário ou comunitário prestado por profissionais vinculados a conselhos de fiscalização profissional".

- Parecer do deputado Walney Rocha (PEN-RJ), [pela aprovação](#). A matéria ainda será analisada na CCJC em caráter conclusivo.

Trata do reconhecimento de efeitos previdenciários em decisão judicial de reclamação trabalhista transitada em julgado

[PL 5031/2016](#) - deputado Baleia Rossi (PMDB-SP) - que "dispõe sobre a inclusão do inciso VII ao art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991" (Apensado: PL 5692/2016)
Explicação: Trata do reconhecimento de efeitos previdenciários em decisão judicial de reclamação trabalhista transitada em julgado. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.

- Parecer do relator: deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), [pela aprovação](#) deste, e pela rejeição do PL 5692/2016, apensado. A matéria ainda será analisada na CSSF e CCJC em caráter conclusivo.

Reduz valor de depósito recursal para microempresas

[PL 5351/2016](#) - deputado Marinaldo Rosendo (PSB-PE) - que "acrescenta parágrafo ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de reduzir o valor do depósito recursal para microempresa e empresa de pequeno porte".

- Parecer da relatora: deputada Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação [com substitutivo](#). A matéria ainda será analisada na CCJC em caráter conclusivo.

Garantir a contratação de um percentual mínimo de 20% de trabalhadores da localidade em que as empresas estejam instaladas ou venham a se instalar

[PL 6008/2016](#) - deputado Rômulo Gouveia (PSD-PB) - que "acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de

maio de 1943, para garantir a contratação de um percentual mínimo de 20% de trabalhadores da localidade em que as empresas estejam instaladas ou venham a se instalar".

- Parecer da relatora: deputada Gorete Pereira (PR-CE), [pela aprovação](#). A matéria ainda será analisada na CCJC em caráter conclusivo.

Disciplina o pagamento em atraso de bolsas e auxílios com recursos públicos

[PL 6079/2016](#) - deputado Mário Heringer (PDT-MG) - que "disciplina o pagamento em atraso de bolsas e auxílios com recursos públicos, e dá outras providências".

- Parecer da relatora: deputada Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação, [com substitutivo](#). A matéria ainda será analisada na CFT e CCJC em caráter conclusivo.

Dispõe sobre a prioridade de tramitação de processos relacionados a acidente do trabalho

[PL 6545/2016](#) - deputado Marco Maia (PT-RS) - que "acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de dispor sobre a prioridade de tramitação de processos relacionados a acidente do trabalho". Explicação: Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.

- Parecer do relator: deputado Assis Melo (PCdoB-RS), [pela aprovação](#). A matéria ainda será analisada na CCJC em caráter conclusivo.

Comissões Especiais

Comissão Especial da Reforma Política

Quarta-feira (09), às 15:00 horas, local à definir.

Comissão especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à reforma política

[Relatório Parcial nº 3/2017](#) **com** [Complementação de Voto \(CVO\)](#).

- Continuação da Discussão e Votação do Relatório Parcial nº 3, do deputado Relator, Deputado Vicente Cândido (PT-SP).

PEC 77/2003 – Tempo e Coincidência de Mandatos

Terça-feira (08), às 14:30 horas, local à definir.

Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 77-a, de 2003, do deputado Marcelo Castro e outros, que "suprime o § 5º do art. 14 e dá nova redação ao § 1º do art. 27, ao caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, aos §§ 1º e 2º do art. 46 e ao caput do art. 82, para pôr fim à reeleição majoritária, determinar a simultaneidade das eleições e a duração de cinco anos dos mandatos para os cargos eletivos, nos níveis federal, estadual e municipal, nos poderes executivo e legislativo" (fixa em cinco anos o mandato dos deputados, vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, governadores, presidente da república, e em dez anos para senadores, objetiva a coincidência das eleições).

PEC 77/2003 - do deputado Marcelo Castro (PMDB-PI) - que "suprime o § 5º do art. 14 e dá nova redação ao § 1º do art. 27, ao caput do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, aos §§ 1º e 2º do art. 46 e ao caput do art. 82, para pôr fim à reeleição majoritária, determinar a simultaneidade das eleições e a duração de cinco anos dos mandatos para os cargos eletivos, nos níveis federal, estadual e municipal, nos Poderes Executivo e Legislativo". (Apensado: PEC 327/2017) Explicação: Fixa em cinco anos o mandato dos Deputados, Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Governadores, Presidente da República, e em dez anos para Senadores, objetiva a coincidência das eleições.

- Parecer do relator: deputado Vicente Candido (PT-SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas nº 1 e 2/2017; e, no mérito, pela aprovação da PEC nº 77/2003 e da Emenda nº 1/2017, [com substitutivo](#); e pela rejeição da PEC 327/2017, apensada, e da Emenda nº 2/2017.

PEC 282/2016 – Veda Coligações Partidárias em Eleições

Quinta-feira (10), às 10:00 horas, plenário 09.

Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 282-A, de 2016, do senado federal, que "altera a constituição federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos; e estabelece normas de transição", e apensadas

- Discussão e Votação do Parecer da Relatora deputada Shéridan.

PEC 15/2015 – Torna Permanente o FUNDEB

Terça-feira (08), às 11:00 horas, plenário 09.

Comissão especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 2015, da sra. Raquel Muniz e outros, que "insere parágrafo único no art. 193; inciso IX, no art. 206 e art. 212-A, todos na Constituição Federal, de forma a tornar o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - Fundeb instrumento permanente de financiamento da educação básica pública, incluir o planejamento na ordem social e inserir novo princípio no rol daqueles com base nos quais a educação será ministrada, e revoga o art. 60 do ato das disposições constitucionais transitórias"

Audiência Pública/Tema: "Fundeb, Efeito Redistributivo e Cooperação entre os Entes Federados no Setor Educacional: Análise da PEC 15 de 2015 e Sugestões para o Aprimoramento de seu Texto".

Convidados:

1. **ELIAS DINIZ** - Vice-Presidente da Frente Nacional de Prefeitos – FNP;
2. **FRANÇOIS EUGENE JEAN DE BREMAEKER** - Gestor do Observatório de Informações Municipais

PL 7180/2014 – Escola sem Partido

Terça-feira (08), às 15:00 horas, plenário 09.

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao projeto de lei nº 7180, de 2014, do deputado Erivelton Santana, que "altera o art. 3º da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996" (inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa), e apensados

Audiência Pública:

Convidados

1. **Vitor Geraldi Haase:** professor titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais;
2. **Miguel Nagib:** Advogado, Procurador do Estado de São Paulo, fundador do Movimento Escola sem Partido.

Agenda do Senado Federal

Comissões Especiais

CPI da Previdência

Segunda-feira (07), às 15:00 horas, plenário nº 19, Ala Senador Alexandre Costa

1ª Parte - Audiência Pública / Finalidade: com os convidados dos Requerimentos nº 150, 173 e 176/2017.

Convidados:

1. **Clodoaldo Batista Neri Júnior** - Diretor- Executivo da Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social – ANADIPS
2. **Artur Carlos de Moraes** - Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Externas do DF - SINDAFIS
3. **Divinato Ferreira da Consolação** - Presidente da Federação Interestadual dos Policiais Civis da Região Centro Oeste e Norte – FEIPOL

2ª Parte - Deliberativa

REQ 284/2017 – Senador Paulo Paim (PT-RS) - Requer que sejam convidados para participar em audiência pública **sete membros da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE para tratar dos "Aspectos Controvertidos sobre a Reforma da Previdência"**.

Comissões Permanentes

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

Segunda-feira (07), às 09:00 horas, plenário nº 06, Ala Senador Nilo Coelho

Audiência Pública/Finalidade: Debater sobre: “As reformas previdenciárias e trabalhistas”, com foco nas contribuições e na gestão.

Convidados:

1. **Luiz Alberto dos Santos** - Consultor Legislativo do Senado Federal
2. **Floriano Martins de Sá Neto** - Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP

3. **Paulo Penteado Teixeira Junior** - Promotor de Justiça, 1º Secretário da Associação Paulista do Ministério Público - APMP
4. **Carlos Silva** - Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT
5. **Marília Vieira Machado da Cunha Castro** - Representante do Instituto Brasileiro de Autuária - IBA
6. **Representante do FONACATE**
7. **Representante da ANAMATRA**

Comissão de Assuntos e Econômicos (CAE)

Terça-feira (08), às 10:00 horas, plenário nº 19, Ala Senador Alexandre Costa

Fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior

PLS 16/2015 – Senadora Ana Amélia (PP-RS) - Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.

- Parecer do relator: senador Armando Monteiro (PTB-PB), pela aprovação, nos termos do [substitutivo](#). Apreciação em caráter terminativo.

Repasse para a educação e saúde oriundos da exploração do petróleo e pré-sal

PLS 280/2013 – Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) - Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal.

- Parecer do relator: senador Valdir Raupp (PMDB-RO), pela aprovação, nos termos do [substitutivo](#). Apreciação em caráter terminativo.

Incentivo fiscal para empresas afetadas pela crise financeira

PLS 40/2009 – Senador Paulo Paim (PT-RS) - Cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para a manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional.

- Parecer da relatora: senadora Regina Sousa (PT-RN), [pela rejeição](#). Apreciação em caráter terminativo.

Destinação, para as áreas de educação e saúde, do total da participação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM

[PLS 254/2013](#) – Ex-senador Inácio Arruda - Dispõe sobre destinação, para as áreas de educação e saúde, do total da participação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do Art. 214 e no Art. 196 da Constituição Federal.

- Parecer do relator: senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), [pela rejeição](#). Apreciação em caráter terminativo.

Normas gerais sobre o desporto

[PLS 67/2015](#) – Senador Romário (PSB-RJ) - Altera o artigo 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender o seguro de vida e acidentes para atletas em competições internacionais.

- Parecer do relator: senador Otto Alencar (PSD-BA), [pela aprovação](#).

Emprego para trabalhadores com mais de 45 anos

[PLS 404/2015](#) – Senador Paulo Paim (PT-RS) - Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica.

- Parecer do relator: senador José Medeiros (PSD-MT), [pela rejeição](#).

Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Quarta-feira (09), plenário nº 09, Ala Senador Alexandre Costa

Não extinção do contrato de trabalho em virtude de aposentadoria do empregado

Emenda (s) de Plenário ao [PLC 137/2015](#) – Ex-deputado Alceu Collares - Altera a redação do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre a não extinção do contrato de trabalho em virtude de aposentadoria do empregado.

- Parecer às Emendas de Plenário ao Projeto do relator: senador José Pimentel (PT-CE), [pela rejeição](#) da Emenda nº1-PLEN.

Proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa

[PLS 274/2012 complementar](#) – Ex-senador Pedro Taques - Regulamenta o inciso I do artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa.

- Parecer do relator *ad hoc*: senador Romero Jucá (PMDB-RR), [pela aprovação](#), com uma emenda.

Altera dispositivos sobre o Pronatec / FAT / FIES / ProJovem

[PLS 40/2016](#) – Senador Dário Berger (PSDB-SC) - Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário.

- Parecer do relator: senador Wilder Morais (PP-GO), [pela aprovação](#).

Regulamentação da profissão de educadora e educador social

[PLS 328/2015](#) – Senador Telmário Mota (PTB-RR) - Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências.

- Parecer do relator: senador Paulo Paim (PT-RS), [pela aprovação](#), com três emendas. Apreciação em caráter terminativo.

Atestado de comparecimento

[PLS 92/2017](#) – Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) - Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento.

- Parecer do relator: senador Paulo Paim (PT-RS), [pela aprovação](#). Apreciação em caráter terminativo.

Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

Quarta-feira (09), às 10:00 horas, plenário nº 15, Ala Senador Alexandre Costa

Audiência Pública / Finalidade: debater a "Tecnologia a Serviço da Educação".

Convidados:

1. **Marcos Formiga** - Professor do Núcleo de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília
2. **Marival Chaves** - Representante do Projeto Edux
3. **Rita de Cássia Leal Fonseca** - Consultora de Orçamento do Senado Federal
4. **Orlando de Sá Cavalcante Neto** - Consultor de Orçamento do Senado Federal

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

Quarta-feira (09), às 10:00 horas, plenário nº 03, Ala Senador Alexandre Costa

Frequências às aulas do servidor estudante

[PLS 397/2013](#) – Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) - Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante.

- Parecer da relatora: senadora Ângela Portela (PT-RR), [pela aprovação](#) com a Emenda nº1-CE. Apreciação em caráter terminativo.

Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET

[PLS 50/2015](#) – Senadora Ângela Portela (PT-RR) - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre

a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET.

- Parecer da relatora: senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), [pela aprovação](#) com uma emenda. Apreciação em caráter terminativo.

Reservas de vagas por disciplina para concurso de magistério

[PLS 532/2009](#) – Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) - Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina.

- Parecer da relatora: senadora Ângela Portela (PT-RR), [pela aprovação](#) com duas emendas. Apreciação em caráter terminativo.

Vítima de violência doméstica de ter atendimento policial preferencialmente, por servidores do sexo feminino

Emenda de Plenário ao [PLC 7/2016](#) – Deputado Sergio Vidigal (PDT-ES) - Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências.

- Parecer do relator à emenda de Plenário: senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), [pela aprovação](#) da Emenda de Plenário nº 21, na forma da subemenda de redação.

Sistema eleitoral misto

[PEC 61/2007](#) – Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) - Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.

- Parecer do relator: senador Valdir Raupp (PDMB-RO), pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das Propostas e, no mérito, favorável à PEC 61/2007, nos termos do [Substitutivo](#).

Projetos de iniciativa popular

[PLS 267/2016](#) – Senador Reguffe (Sem partido – DF) - Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros.

- Parecer do relator: senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), [pela aprovação](#).
Apreciação em caráter terminativo.